

Seminário de Filosofia

Notas para a aula de 25 de janeiro de 2014

Olavo de Carvalho

Se todas as nossas percepções são fragmentárias, se nada apreendemos na totalidade e se todo processo temporal só nos chega em fatias separadas, de onde podemos ter obtido a noção de uma identidade permanente, seja nossa, seja das coisas em redor, seja, mais ainda, do Ser eterno e imutável?

As respostas podem classificar-se em seis tipos:

1) Platônica : temos algum conhecimento anterior, obtido diretamente das substâncias eternas, das quais as coisas transitórias são apenas imagens.

2) Aristotélica : cada ente traz em si a sua forma substancial, à qual a nossa inteligência chega por um processo de abstração a partir dos dados sensíveis.

3) Céptica : Tudo são impressões, não sabemos se por trás delas existe alguma substância estável e real.

4) Cartesiana : Deus é a garantia do conhecimento que temos do mundo exterior.

5) Kantiana : Identidade, substancialidade etc. são categorias do nosso pensamento. Não podemos pensar sem elas, portanto as projetamos sobre os fragmentos que nos chegam dos sentidos e assim os organizamos, dando unidade ao múltiplo.

6) Culturalista : As próprias categorias kantianas não são estáveis e permanentes. Elas são impressas na nossa mente pela cultura, de modo que a nossa imagem da estabilidade e identidade das coisas reflete a estabilidade e permanência da estrutura social.

Todas essas respostas apreendem aspectos da verdade, mas todas são insatisfatórias. Desde logo, todas enfocam o problema desde o aspecto puramente cognitivo, sem tocar na questão prévia da própria identidade e estabilidade do sujeito. Em segundo lugar, não estabelecem, com exceção da cartesiana, uma diferenciação suficiente entre o conhecimento da identidade das coisas e o da identidade do próprio sujeito. Menos ainda enfocam a estabilidade desse sujeito não enquanto cognoscente, mas enquanto existente. Mas a cartesiana também não resolve o problema, porque nela o eu cognoscente tem apenas a identidade provisória e evanescente de um momento, o momento do *cogito*.

Entendo que não se pode avançar um passo na solução desse problema sem resolver primeiro a questão da estabilidade e permanência do sujeito existente (do qual o sujeito cognoscente não é senão uma parte distinguida por abstração).

A premissa cartesiana de que para conhecer é preciso existir pode nos guiar nessa investigação.

Se o existir é uma condição do conhecimento, e não ao

contrário, então a questão da identidade do sujeito precede logicamente a do conhecimento dessa identidade.

Se isolamos o cognoscente do existente, toda a investigação se fecha num labirinto sem saída.

Mas, se entendemos que a identidade do existente precede a do cognoscente, então temos de admitir que mesmo para constatar a fragmentariedade das nossas percepções temos de possuir uma unidade substancial enquanto existentes. Mais ainda para “explicar” como superamos – ou imaginamos superar – essa fragmentariedade por meio de conceitos estabilizadores e da nomeação repetida. E muito mais ainda para fundar essa superação numa suposta unidade e estabilidade do eu cognoscente enquanto tal.

O eu cognoscente, por si, não tem e não pode ter unidade ou estabilidade nenhuma, de vez que o conhecer é somente uma atividade do eu existente e não um modo de existir permanente e substancial.

A própria dúvida que temos quanto à unidade e identidade das coisas clama pela nossa condição de seres dotados, enquanto existentes, mas não enquanto cognoscentes, de uma unidade substancial.